

Museu das Remoções, direito à moradia e luta pelo território no Rio de Janeiro, Brasil

Diana Bogado¹
Cristiano Guedes²

Resumo: A disputa territorial em centros urbanos tem gerado conflitos e mobilizado interesses de governos, movimentos sociais e mercado imobiliário. Este artigo apresenta o Museu das Remoções, com seu histórico de lutas pelo direito à moradia, e analisa as repercussões de um acordo escrito entre a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e a comunidade Vila Autódromo. Este é um estudo baseado em pesquisa bibliográfica, análise documental de acordo extrajudicial e registros de diário de campo. A pesquisa revela como a mercantilização do território pode comprometer o direito à moradia e destaca a importância de buscar mecanismos de mediação para conflitos que ameçam direitos sociais em disputa com interesses do capital financeiro imobiliário.

Palavras-chave: território; movimento social; lutas sociais; mercado imobiliário.

Museo de los Desalojos, derecho a la vivienda y lucha por el territorio en Río de Janeiro, Brasil

Resumen: Las disputas territoriales en los centros urbanos han generado conflictos y movilizado los intereses de los gobiernos, los movimientos sociales y el mercado inmobiliario. Este artículo tiene como objetivo presentar el “Museu das Remoções” (Museo de los Desalojos) con su historia de luchas por el derecho a la vivienda y analizar las repercusiones de un acuerdo firmado entre la Municipalidad de Río de Janeiro y los vecinos de la comunidad Vila Autódromo. Se trata de un estudio basado en investigación bibliográfica, análisis del acuerdo extrajudicial y de registros de diarios de campo. La investigación revela cómo la especulación del suelo puede comprometer el derecho a la vivienda y destaca la importancia de buscar mecanismos de mediación y diálogo para conflictos que amenazan derechos sociales y disputan con los intereses del capital financiero inmobiliario.

Palabras-clave: territorio; movimiento social; luchas sociales; mercado inmobiliario.

The Evictions Museum, right to housing and the struggle for territory in Rio de Janeiro, Brazil

Abstract: Territorial disputes in urban centers have sparked conflicts and drawn the attention of governments, social movements and the real estate market. This article focuses on the Evictions Museum and its history of struggles for the right to housing, while analyzing the repercussions of a written agreement between the city of Rio de Janeiro and the Vila Autódromo community. The study employs bibliographic research, documentary analysis of extrajudicial agreements and field diary records. The findings reveal how the commodification of territory can jeopardize the right to housing and highlights the necessity of mediation mechanisms to protect social rights in conflict with the interests of real estate financial capital.

Keywords: territory; social movement; social struggles; real estate market.



Como citar este artigo: Bogado, D. & Guedes, C. (2025). Museu das Remoções, direito à moradia e luta pelo território no Rio de Janeiro, Brasil. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 8(16), e54397. <https://doi.org/10.26512/patryter.v8i16.54397>

Recebido: 21 de agosto de 2024. **Aceito:** 13 de outubro de 2024. **Publicado:** 15 de maio de 2025.

¹ Doutora em Arquitetura pela Universidade de Sevilla (US), Espanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5847-1073>. E-mail: dibogado@yahoo.com.br.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6908-2604>. E-mail: c.bsb.br@gmail.com.

1. Introdução: a luta da Vila Autódromo pelo direito à cidade

A cidade brasileira do Rio de Janeiro é uma das capitais preferidas na América do Sul como destino turístico e sede para grandes eventos culturais de interesse internacional, entretanto, ainda são pouco discutidas as repercussões dessa centralidade cultural no direito à cidade. Desde eventos esportivos que atraíram multidões de vários países, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol, até shows de música, como o da cantora Madonna em maio de 2024, a cidade do Rio segue historicamente sendo um dos destinos mais cobiçados. Em geral, à medida que uma cidade ganha notoriedade, aumenta o interesse econômico por seus territórios urbanos, que passam a ser cada vez mais disputados entre classes sociais. No Rio, as disputas pelo território da cidade podem ser consideradas sinônimo de violência e desrespeito a direitos humanos fundamentais, como o direito à moradia.

O direito à cidade envolve a reivindicação de existir do ponto de vista físico nos espaços urbanos e, também, de se expressar socialmente com reconhecimento de suas necessidades sociais, segundo Lefebvre (2001). É um direito que abrange pessoas em sua individualidade, mas não pode ser dissociado de sua dimensão coletiva com as lutas sociais (Harvey, 2012). A luta pelo direito à moradia com dignidade e com proteção social assegurada pelo Estado é hoje uma das prioridades de movimentos sociais no Brasil. A luta social pelo direito à moradia na cidade tem crescido nas últimas décadas à medida que interesses econômicos neoliberais promovem, cada vez mais, discriminações e segregações espaciais, sobretudo, da população pobre (Quintans, Silva & Castro Sobrinho, 2022).

A comunidade Vila Autódromo, situada na Região Oeste da cidade do Rio de Janeiro, transformou a sua trajetória de luta pelo direito à moradia em um expressivo movimento social. Formada por famílias de pescadores e posteriormente por operários e comerciantes, atraídos na década de 1970 pela implementação do Plano Lúcio Costa (o Plano Piloto para a Barra da Tijuca), essa comunidade foi uma das mais afetadas pelos grandes eventos culturais ocorridos na última década na cidade carioca, em razão de habitar um território que desperta elevado interesse do capital imobiliário (Bogado, Guedes & Nazar, 2023).

Localizada às margens da Lagoa de Jacarepaguá, ao norte da Barra da Tijuca, a comunidade Vila Autódromo chegou a ter uma população de mais de 700 famílias. Desde os anos

1970, a Barra, como é chamada no Rio de Janeiro, tornou-se um bairro vetor de expansão do mercado imobiliário, sofrendo acelerado processo de especulação do solo. Na década de 1990, a valorização acentuou-se ainda mais devido a investimentos em infraestrutura, especialmente no setor de transportes. A pressão para remover a Vila Autódromo cresceu, em particular após a construção de mais centros comerciais no local, o que se intensificou com a preparação para megaeventos, como os Jogos Pan-Americanos de 2007. Contudo, foi com a construção do Parque Olímpico, em 2015 e 2016, que a remoção da comunidade se concretizou (Bogado, 2017).

Este artigo analisa as repercussões da luta pelo direito à moradia da comunidade Vila Autódromo e de um acordo extrajudicial estabelecido com a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2016. O estudo foi baseado em pesquisa bibliográfica e na análise documental do texto do acordo extrajudicial, que foi consolidado com a mediação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ). A revisão bibliográfica e a análise do acordo são as fontes utilizadas neste artigo para contar a dimensão dos impactos do planejamento urbano neoliberal, às vésperas dos megaeventos no Rio de Janeiro, nas comunidades periféricas da cidade e acrescentar como a luta da comunidade Vila Autódromo é emblemática no referido contexto. Considerando o texto da Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, o projeto não foi previamente submetido a comitê de ética em pesquisa em virtude de se tratar de um estudo bibliográfico e com fontes secundárias de acesso público.

O artigo está dividido em três partes: na primeira se apresenta o contexto do planejamento urbano na gestão neoliberal do capitalismo e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro; na segunda, narra-se a trajetória de lutas sociais da comunidade Vila Autódromo e o surgimento do Museu das Remoções, como dispositivo de luta pela moradia; e na terceira descreve-se o acordo extrajudicial celebrado entre a comunidade Vila Autódromo e a Prefeitura do Rio de Janeiro.

2. O planejamento urbano na gestão neoliberal e o Rio de Janeiro Olímpico

O momento atual do sistema capitalista equivale à passagem do “administrativismo” para o empreendedorismo. Na gestão urbana, Harvey (1996) identifica o início desse fenômeno ao observar as cidades americanas na década de 1970, quando o conceito de empreendedorismo é absorvido pela gestão pública e as cidades passam a

ser administradas como empresas – o chamado “planejamento estratégico”. O fenômeno definido por Harvey (1996) como empreendedorismo urbano, que se desenvolve também por meio da implementação do planejamento estratégico, altera consideravelmente a condução da política de ordenamento do solo, uma vez que subjugua as transformações do território aos interesses do mercado imobiliário e deixa de administrar a cidade com foco no desenvolvimento organizado e sustentável, desejável no âmbito da gestão municipal. Esse novo modelo estrutura-se em alianças do mercado com políticos, cujo interesse é favorecer ramos da economia e classes privilegiadas no rearranjo do território. Portanto, trata-se de um padrão de operação que extrapola os processos intrínsecos da administração pública, conforme explica Harvey (1996), e alcança os aspectos político-econômicos do capital especulativo global.

Nesse contexto, o planejamento estratégico urbano neoliberal refere-se a um modelo de planejamento que prioriza a eficiência econômica e a promoção de investimentos privados, frequentemente em detrimento dos interesses públicos e das necessidades sociais. Esse modelo é impulsionado por políticas que buscam aumentar a competitividade das cidades no mercado global, muitas vezes através de parcerias público-privadas (PPPs), desregulamentação e privatização de serviços e espaços urbanos (Arantes, Vainer & Maricato, 2000).

O direcionamento dado às transformações territoriais contemporâneas culmina no que Santos (2013) identifica como dominação espacial, um instrumento eficaz na reprodução do capital no solo urbano, que também desencadeia processos de homogeneização socioespacial. Sobarzo (2006) complementa que o fenômeno induz comportamentos homogêneos de uso das cidades e seus equipamentos, e corresponde ao projeto hegemônico de sociedade capitalista na versão neoliberal, tendo a cidade como “projeção da sociedade sobre um local” (Lefebvre, 2001, p. 56). Para Santos (2013), porém, tal fenômeno não é exclusivo da administração urbana, pois a racionalidade empresarial, centrada na acumulação, torna-se uma lógica compatível com diversos setores da economia e da vida.

Portanto, a gestão neoliberal traz inúmeras inovações nas quais o turismo e os megaprojetos urbanos, ou Grandes Projetos Urbanos (GPUs), tornam-se instrumentos determinantes da adaptação do território à reprodução do capital. As reformas urbanísticas pontuais, características desse modelo, objetivam atender aos interesses de investidores privados multinacionais e consistem em acordos

político-econômicos que induzem alterações físico-territoriais, sociais e simbólicas nos lugares. Por meio dessas reformas, contextualizadas no planejamento estratégico das cidades, desencadeiam-se mudanças socioeconômicas e socioespaciais.

Os espaços criados no bojo da mercantilização das cidades induzem comportamento consumista homogêneo, tendo como pioneiras as áreas centrais e/ou portuárias das metrópoles globais e estendendo-se às suas respectivas frentes marítimas, como ocorreu em Baltimore, Boston, Nova York, Londres, Barcelona, Buenos Aires e Rio de Janeiro, entre outras. Esses espaços são descontextualizados das dinâmicas históricas locais e atraem um público consumista e estandardizado, desconectado da cultura regional, conforme explica Bogado (2017). Tais projetos implantados, na maioria dos casos, por meio de parcerias entre os setores público e privado percebem a cidade como um produto e transformam os espaços públicos em semipúblicos (Sobarzo, 2006). Esses espaços sugerem modelos de apropriação e comportamentos baseados em representações associadas ao consumismo, relacionadas aos ideais subjetivos do neoliberalismo. A fragilização social é intencional nesse modelo de gestão neoliberal, pois permite que as classes sociais transfiram o poder de decisão para líderes que gerenciam a cidade de forma flexível, visando à competitividade. Segundo Arantes et al. (2000), esse é o contexto da cidade da exceção, que se apresenta como uma nova forma de regime urbano. Lefebvre (2001) acrescenta que a estética dessas reformas urbanísticas evoca o consumo do lugar, sendo as imagens de civilidade e beleza utilizadas em suas publicidades para atrair investidores privados e controlar o uso dos territórios. Zukin (1993) complementa que a gentrificação nessas intervenções não é uma consequência, mas uma estratégia, o que traz novas perspectivas de análise.

Esse modelo de revitalização urbana resulta na descaracterização sociocultural e na mudança das práticas sociais históricas, além de promover a expulsão da população local e a atração de novos consumidores. Dessa forma, esses projetos reproduzem a violência das forças políticas, como observado por Santos (2013), e favorecem os interesses neoliberais. Alinhados com as intenções hegemônicas e o planejamento estratégico das cidades, esses projetos opõem-se ao processo de revolução do espaço (Lefebvre, 2001).

Nesse contexto, os megaeventos atuam como catalisadores das transformações socioespaciais, pois criam condições favoráveis às reformas desejadas, tanto no âmbito financeiro

quanto no político. Durante os megaeventos, estabelece-se um estado de exceção (Agamben, 2005), que desvia dos procedimentos normais (Costa, 2021). O evento é utilizado como justificativa para medidas administrativas antidemocráticas, acelerando os prazos de aprovação de projetos e obras e alterando a legislação urbana por meio de PPPs para viabilizar empreendimentos normalmente não permitidos. As Olimpíadas do Rio de 2016 não foram uma exceção: a vitória da candidatura em 2009, alinhada às aspirações do Plano Estratégico do Governo Municipal de 2009–2012, intensificou a pressão por remover favelas a fim de abrir espaço ao investimento imobiliário, conforme aponta Magalhães (2013). Na época, a prefeitura anunciou a remoção de 119 favelas, incluindo a Vila Autódromo, sob a alegação de risco ambiental, que nunca foi comprovado tecnicamente (Magalhães, 2013).

Ressalta-se, ainda, que a remoção de favelas no Rio de Janeiro está direta ou indiretamente associada à execução de um megaprojeto urbano capaz de alterar os condicionantes de uso e ocupação do solo, previstos no Plano Diretor. Tanto a construção do Parque Olímpico, maior e mais importante estrutura das Olimpíadas Rio 2016, quanto a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha foram viabilizadas por PPPs. Ambas se apresentaram como oportunidades para a expansão imobiliária, sendo responsáveis pela gentrificação e pelo despejo de favelas em áreas adjacentes, o que contribuiu para o aumento da desigualdade urbana (Arantes et al., 2000).

As reformas urbanas levadas a cabo na gestão do prefeito Eduardo Paes (2009–2012; 2012–2016) modificaram diversas áreas do Rio de Janeiro, provocaram gentrificação e alteraram o perfil populacional de diversos bairros, deixando um saldo de 22 mil famílias removidas e/ou despejadas do centro à Zona Oeste da cidade (Azevedo & Faulhaber 2015). Os autores reforçam, em seu estudo sobre a cidade, a íntima relação entre as áreas urbanas que receberam investimento para as Olimpíadas Rio 2016 e as favelas removidas desses locais. Explicam que a administração pública municipal executa uma política de exclusão disfarçada de política habitacional, uma vez que expulsa as classes mais baixas de áreas que recebem investimento e infraestrutura e realoca famílias carentes— quando o faz — em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Projetado para reduzir o déficit habitacional através da construção de moradias populares, esse programa foi usado para justificar a remoção de favelas. Os moradores despejados foram

reassentados em condomínios distantes e com infraestrutura inadequada, o que, paradoxalmente, aumentou o déficit habitacional (Azevedo & Faulhaber, 2015).

Por sua vez, o déficit de moradia e a luta pelo direito à habitação afetam desproporcionalmente corpos racializados, especialmente mulheres negras, que enfrentam maior pobreza e vulnerabilidade (Ruas, 2020) e são as mais atingidas por despejos e remoções. Na maior parte das ocupações urbanas e comunidades carentes, as mulheres são as responsáveis pela casa e também as protagonistas da luta por moradia adequada (Quintans et al., 2022). A comunidade Vila Autódromo não foge à regra: as principais lideranças ao longo dos anos foram mulheres, sendo os homens trazidos para a luta por uma mulher, seja sua vizinha, amiga ou familiar (Bogado, 2017). Assim, a resistência à remoção da Vila Autódromo é protagonizada por mulheres, com destaque para as lideranças Maria da Penha Macena, sua filha Nathália Macena e sua companheira, Sandra Maria Teixeira, moradoras da comunidade e cofundadoras do Museu das Remoções, que foi construído pela comunidade e seus apoiadores com a finalidade de denunciar apolítica de remoção de favelas.

2.1. A comunidade da Vila Autódromo, o Museu das Remoções e a trajetória de luta social pelo direito ao território e à vida

A comunidade Vila Autódromo é composta pelas famílias que conseguiram resistir à violência levada a cabo pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. A população atual corresponde apenas a 3% da existente antes do processo de remoção perpetrado pelo Estado. A comunidade foi drasticamente reduzida em dimensões populacionais e territoriais, como pode ser observado na comparação entre as figuras 1 e 2; os moradores resistentes construíram um museu social a céu aberto, o Museu das Remoções, e têm vivenciado a reconstrução do espaço físico em decorrência de um acordo extrajudicial celebrado entre a prefeitura e a comunidade.

Nos anos que antecederam os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, o fenômeno das desocupações e remoções ressurgiu como prática da administração pública. Associada aos megaprojetos, viabilizados por PPPs ou por meio de reformas urbanas pontuais, a prática da remoção é comum e acarreta violação do direito à cidade e expropriação urbana. Pinheiro (2016) complementa que a violência institucional é elemento constante na história da cidade.

Figura 1 – Foto aérea da Vila Autódromo, Rio de Janeiro, Brasil.



Fonte: foto cedida pelo fotógrafo Luiz Cláudio, morador da comunidade, 2014.

Figura 2 – Foto aérea da Vila Autódromo com as obras do Parque Olímpico em curso, Rio de Janeiro, Brasil



Fonte: fotografia cedida por Pablo de Soto, 2015.

Desde a retirada dos cortiços, no início do século XX, passando pelas remoções intensificadas no período da ditadura militar, segundo Magalhães (2013), até as remoções de favelas na cidade neoliberal, aceleradas com os megaeventos esportivos, o Rio de Janeiro é palco de violência e retirada forçada de população (Bogado, 2017).

Apesar de seus altos custos sociais, os megaprojetos continuam a se multiplicar, viabilizados pelo Estado e favorecendo interesses do mercado (Bogado, 2017). Os acordos que permitem sua realização tornam-se cada vez mais sofisticados, mantendo a população alheia às alianças estabelecidas para o reordenamento urbano. Nesse contexto de violação da informação e do direito à cidade, executou-se a remoção da Vila Autódromo, intensificada em 2015 e 2016, como mencionado (Figura 3). Embora a pressão para o despejo da comunidade existisse desde os anos 1990, a retirada das casas e a abertura de espaço para o capital imobiliário estavam diretamente relacionadas à construção do Parque Olímpico, concluído em 2016. O projeto de arquitetura original do Parque Olímpico não previa a remoção da comunidade, mas a sua permanência, sendo técnica e juridicamente compatível com sua existênciaⁱ (Bogado, 2017). Ressalta-se que os moradores possuíam título de propriedade concedido pelo Instituto de Terras do Rio de Janeiro (ITERJ), isto é, títulos de outorga de Concessão do Direito Real de Uso.

Nenhuma decisão sobre a permanência das favelas deve ocorrer sem debates públicos sobre seus procedimentos. Apesar disso, a decisão de remover a Vila Autódromo foi tomada de forma hierárquica e sem diálogo. As decisões sem envolvimento comunitário que permeiam o cenário de megaeventos ou megaprojetos são intrinsecamente autoritárias. Além da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Constituição de 1988 garante o direito à moradia. No entanto, relatos de moradores que passaram por processos de remoção indicam que as práticas adotadas pelo Estado nos últimos anos violam as disposições legais (Bogado, 2017).

Segundo Magalhães (2013), a partir de relatos coletados em seu trabalho de campo, funcionários da prefeitura visitaram as favelas e exerceram pressão psicológica sobre os moradores, persuadindo-os a aceitar indenizações, sob ameaça de demolição da residência sem compensação financeira. Essas ações de coerção e outras práticas violam os direitos humanos e fazem parte do método biopolíticoⁱⁱ para retirada da população, cujos impactos são tanto físico-materiais quanto psicológicos (Naback, 2015). Segundo a autora, a

exibição, pelo poder público, de fotos de condomínios populares com piscinas, entre outras estratégias, cria ilusões de uma vida melhor (é uma tática biopolítica). Dessa forma, a prefeitura buscava gerar divergência e insegurança quanto ao futuro, bem como desintegrar laços comunitários, incutindo medo e incertezas entre os moradores (Naback, 2015).

Apesar de todas as estratégias perversas de remoção da comunidade, a Vila Autódromo conseguiu permanecer, ou pelo menos parte dela. A luta foi incansável, com conflito físico direto. Foram dois anos nos quais apoiadores, universidades, sociedade civil organizada e Defensoria Pública, entre outros, lutaram ao lado da comunidade e estiveram imersos em extrema violência institucional. Entre as agressões, houve mentiras, tentativa de homicídio e demolições irregulares perpetradas pela prefeitura. A comunidade não retrocedeu, embora tenha assistido ao desmantelamento de famílias, ao adoecimento e à destruição extrema de seu território em decorrência da ação truculenta do Estado (Bogado, 2017).

Mesmo em profundo sofrimento, a força de vontade, a cumplicidade e a ética de alguns moradores sustentaram a luta contra a destruição completa da comunidade. Com o apoio de diversas universidades, o Projeto de Extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Anhanguera, coordenado pela professora, arquiteta e urbanista, Diana Bogado, juntou-se à luta da comunidade e realizou uma série de intervenções territoriais nas quais alunos e moradores reformaram espaços públicos e de convivência em meio aos escombros deixados pela prefeitura. Luiz Cláudio, morador da comunidade, relata que, ao ver o parquinho infantil reformado em meio ao cenário de guerra, sentiu o suspiro de força que incentivou sua família a não esmorecerⁱⁱⁱ (Bogado, 2017). O parquinho foi o primeiro espaço reformado no âmbito do projeto de extensão; depois dele, reconstruiu-se o espaço de festas para a realização do Festival Ocupa Vila Autódromo, de resistência à remoção. Na sequência, construiu-se o Museu das Remoções (Bogado, 2017).

A Vila Autódromo destaca-se pela natureza de sua luta, que, além de combativa e incansável, é diversificada e criativa; a união de seus moradores é o elemento responsável pela enorme capacidade de adaptação e resistência da comunidade. No curso dos acontecimentos políticos, as ações inventivas contra as estratégias de remoção amenizaram danos morais e sociais. O Festival Ocupa Vila Autódromo destacou-se como estratégia criativa de resistência: ao manter a Vila ocupada por apoiadores, visava

evitar o abuso de autoridade dos agentes responsáveis pela remoção das casas.

No projeto de extensão, reconstruíram-se lugares e construiu-se o Museu das Remoções, cuja finalidade, além de manter viva a memória da Vila Autódromo, era dar visibilidade à truculenta política de remoção de favelas alinhada ao ideário neoliberal de cidades. Inaugurado em 18 de maio de 2016, quando se comemorava o Dia Internacional dos Museus, o Museu das Remoções foi construído em

Também foi realizada uma oficina de conhecimento do lugar, abrangendo áreas da comunidade e parte da área desapropriada e incorporada ao Parque Olímpico. Durante essa atividade, restos de edificações demolidas foram resgatados para constituir o acervo do Museu das Remoções, sob orientação do museólogo Mario Chagas e dos moradores da comunidade, que descreveram a origem das peças resgatadas. Algumas dessas peças foram incorporadas ao acervo permanente do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Além da coleta de materiais para o acervo do Museu das Remoções, foram obtidos registros fotográficos, audiovisuais, gráficos e cartográficos elaborados e sistematizados pelos alunos do projeto de extensão com base nos relatos dos moradores (Bogado, 2017).

três fases.^{iv}No primeiro momento, o projeto do museu foi idealizado em reuniões com apoiadores e moradores. No segundo momento, desenvolveram-se atividades de diálogo e oficinas de resgate da memória comum com base na oralidade e na história oral, incluindo rodas de leitura e oficinas de fotografia. As oficinas foram realizadas pelos alunos do projeto de extensão e por moradores da Vila Autódromo, ex-moradores e moradores de comunidades vizinhas.

A terceira fase de construção do museu consistiu na montagem de uma exposição no espaço público da comunidade, entendida como o Museu das Remoções, um museu social a céu aberto. Essa etapa marcou os locais cujas edificações haviam sido demolidas com esculturas artísticas, criadas nas oficinas de memória a partir dos escombros e de elementos gráficos representativos de lugares e personagens resgatados da memória comunitária. O Museu das Remoções nasceu com a criação de sete esculturas que simbolizavam casas e lugares suprimidos do território (Bogado, 2017). Tais esculturas podem ser entendidas como lugares de memória, uma vez que se referem a aspectos da cultura, a lugares ou a objetos que têm importância especial para a memória coletiva (Nora, 1992).

Figura 3 – Foto da Vila Autódromo em remoção, Rio de Janeiro, Brasil



Fonte: foto cedida por Diana Bogado, 2015.

“Vila de Todos os Santos” é uma escultura em homenagem a uma casa religiosa existente na comunidade; já a escultura “Penha de Muitas Faces” homenageia a liderança Dona Maria da Penha Macena, cuja casa foi removida no Dia Internacional da Mulher e cuja firmeza e ética inspiraram os moradores a persistir na luta pela Vila Autódromo até o fim. A escultura “Suporte dos Males” é uma homenagem à liderança Dona Jane Nascimento, fazendo alusão ao seu papel crucial nas lutas pela moradia na Vila Autódromo. “Luz que não se Apaga” é a única escultura que se refere a uma edificação não removida, a Igreja São José Operário, escolhida para ser homenageada em função do seu simbolismo de porto seguro, como edificação que não podia ser removida pela prefeitura por ter proteção do Vaticano. Além de ter acolhido muitos moradores despejados, a escultura da igreja incorpora elementos de vergalhões de ferro que simbolizam um ninho em alusão ao acolhimento existente na comunidade. A escultura “Doce infância” homenageia o parquinho; a escultura “Espaço Ocupa e Casa da Dona Conceição” faz referência aos Festivais Ocupa Vila Autódromo e destaca o papel acolhedor de Dona Conceição Queiroz, que oferecia seu banheiro e cozinhas para o público nos eventos culturais da comunidade. A escultura “A Associação sou Eu” homenageia a Associação dos Moradores da Vila Autódromo, incluindo elementos guardados na associação. O título refere-se à campanha organizada pela comunidade após a remoção da edificação, na qual os moradores escreviam nos muros “A Vila Autódromo Sou Eu” (Bogado, 2017).

As esculturas do Museu das Remoções compõem uma exposição de percurso e representam as casas de várias mulheres, lideranças da Vila Autódromo, protagonistas na resistência contra a remoção da comunidade. Os moradores contam que muitos homens se envolveram e permaneceram engajados na luta, no entanto, apontam as mulheres como força motriz e resistente dessa batalha (Bogado, 2017). Tozzi (2020) explica que as mulheres desempenham papel crucial na luta pela moradia digna no Brasil. Diante das várias formas de opressão que elas enfrentam diariamente, o acesso à moradia digna torna-se ainda mais difícil. A falta de autonomia econômica, combinada com a ausência de legislação e de políticas públicas que garantam a posse do imóvel às mulheres, as coloca em uma situação de maior vulnerabilidade que os homens. A autora ressalta que, para a maioria das mulheres, a casa própria não se restringe a um abrigo, mas é um bem essencial, servindo como refúgio, inclusive, contra relações abusivas com homens.

O Museu das Remoções foi inaugurado com uma visita guiada por uma mulher e militante, a moradora da comunidade Sandra Maria Teixeira, que conduziu os visitantes pelas sete esculturas espalhadas pelo território da Vila. O evento teve a presença de moradores e ex-moradores da comunidade, apoiadores, jornalistas e profissionais de diversas áreas. As esculturas compostas por escombros e pedaços das edificações destruídas tinham o objetivo de reconectar a história ao território. A primeira exposição do Museu das Remoções representou uma crítica contundente ao poder público, que, em sua atuação como administrador do solo urbano, desempenhou o papel de agente destruidor da paisagem e da história do lugar.

Como descrito, a luta da Vila Autódromo é diversa e plural; local e internacional; artística, cultural, feminista, social, política e institucional. Sua permanência no território em disputa foi oficializada com um acordo extrajudicial realizado entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a comunidade, sob mediação da Defensoria Pública Estadual. Esse acordo só foi possível em virtude das inúmeras estratégias de resistência à remoção desenvolvidas pela comunidade. As táticas de combate tomaram repercussões inesperadas, e a prefeitura viu-se pressionada a dialogar com a população, o que culminou na celebração do acordo entre o município e a comunidade.

2.2. O acordo extrajudicial celebrado entre a comunidade Vila Autódromo e a Prefeitura do Rio de Janeiro

O acordo extrajudicial^v celebrado entre a comunidade Vila Autódromo e a Prefeitura do Rio de Janeiro é um documento de importância destacada porque representou uma possibilidade, pioneira no Brasil, de negociação de conflitos territoriais urbanos entre Estado e movimento social. Sob a mediação da DPRJ, o chamado “Termo de Acordo Administrativo” foi celebrado em 13 de abril de 2016 e teve dois objetivos: reconhecer tanto o interesse do Estado quanto o do mercado por aquele território; e, ao mesmo tempo, estabelecer um pacto por meio do qual a prefeitura se comprometeria a reconstruir as unidades habitacionais destruídas para as famílias pertencentes à Vila Autódromo, assim como os espaços que foram demolidos durante a retirada de parte das famílias da comunidade. O acordo representava a vitória da luta pela permanência da Vila Autódromo diante da tentativa de sua remoção integral pelo poder público.

Na ocasião de celebração do acordo, o cenário era triste. Poucas famílias tinham conseguido resistir à violência institucional, e figurava um ambiente de guerra: inúmeras casas quebradas compunham os escombros que cobriam o solo. Pouco mais de 20 casas de pé, espalhadas em meio a pedaços de concreto e ferro, marcavam uma paisagem desprovida de qualquer espaço público possível de permanência. Não existia mobiliário urbano ou estrutura pública disponível —nem rua, nem calçada, nem quadra, nem parquinho, nem bancos ou mesas; nem associação de moradores, nem centros de convivência. Sobrava uma porção de território sem relação com o lugar que já havia existido. Fora as poucas casas e as esculturas criadas no nascimento do Museu das Remoções, não era possível identificar a comunidade que ali habitava em um passado recente.

Entretanto, a incansável lutada comunidade levou à celebração do Termo de Acordo Administrativo, entre o município do Rio de Janeiro e a comunidade Vila Autódromo, assistidos pelo Núcleo de Terras e Habitação da DPRJ. O acordo considera a situação da Vila Autódromo em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) para fins de moradia de população de baixa renda, conforme instituído e delimitado pela Lei Complementar 74/2005, assim como na Lei Complementar 111/2011, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro.

O acordo reforçava que as AEIS são estratégicas para a gestão de interesses públicos comunitários, tendo tratamento diferenciado e facilitado para cumprir sua função social. O documento complementava que, naquele contexto, onde a flexibilização de normas urbanísticas era frequente^{vi}, as AEIS para fins de moradia de população de baixa renda contribuíam para a inserção urbana e a inclusão social. Reforçava-se ainda, por meio do acordo, que as ações administrativas que se pretendia implantar eram compromissos públicos voltados a atender aos objetivos sociais presentes na legislação municipal. A etapa de execução das edificações, prevista pelo acordo, deveria ocorrer dentro de um cronograma de implementação, atender aos objetivos da legislação e ser concluída, prioritariamente, até as Olimpíadas.

Nesse sentido, o governo municipal comprometia-se a construir na Vila Autódromo, em área devidamente urbanizada, situada na Rua Nelson Piquet, unidades imobiliárias para a residência dos acordantes. O município deveria, ainda, erigir um espaço sociocultural, que serviria de sede da associação de moradores e centro cultural; uma praça infantil; e uma quadra poliesportiva para

uso comunitário, conforme projeto urbanístico e arquitetônico integrante do acordo e contido no Anexo I do documento. Esses equipamentos seriam construídos imediatamente após o término da construção das unidades residenciais.

Ressalta-se que esses equipamentos existiam na comunidade, mas haviam sido destruídos pela prefeitura durante o processo de remoção; portanto, o acordo simbolizava uma forma de reparação do dano causado, conquistado pela luta popular. O documento previa ainda que a execução do projeto arquitetônico das casas, constante do seu Anexo I, seria acompanhada por uma comissão de três moradores (optantes pelo acordo com o município) indicados pelos acordantes. Os acordantes, por sua vez, concordavam em receber uma unidade imobiliária residencial na área urbanizada, na forma do projeto contido no acordo. A entrega das unidades imobiliárias residenciais estava prevista para 22 de julho de 2016 e, decorridos 30 dias desse prazo, caso as chaves dos imóveis não tivessem sido entregues, o município pagaria multa diária de R\$ 200 por acordante. Acrescenta-se que as cláusulas foram construídas em diálogo com os moradores, que em nenhum momento deixaram de exigir seus direitos.

Durante a execução das residências definitivas, o município comprometeu-se à concessão, em comodato, de uma moradia temporária dentro da própria comunidade, conforme planta ou croqui constante como anexo no acordo, com instalações individuais para cada acordante. O município assumiria os custos da mudança dos acordantes para a residência provisória, assim como da mudança para a casa definitiva. O município arcaria, ainda, com as despesas de energia elétrica das residências temporárias pelo período necessário à realização das obras das casas definitivas.

Caso transcorrido um ano do prazo fixado para conclusão das obras sem que o município tivesse concluído o projeto das unidades imobiliárias residenciais e entregado as chaves dos imóveis aos respectivos acordantes, estes poderiam optar, individualmente e a seu exclusivo critério, pela execução específica ou indenização. Neste último caso, foram prefixados perdas e danos no montante de R\$ 1,5 milhão.

O município comprometeu-se, em caráter permanente, a tomar todas as providências que lhe incumbissem no âmbito do acordo. Os imóveis indicados seriam demolidos no momento da entrega das chaves da nova moradia, exceto com relação aos acordantes especificados no Anexo III, cujas moradias seriam demolidas tão logo alojados nas residências provisórias, por razões especiais. Após a

celebração do referido acordo, a Vila Autódromo continuaria sendo uma AEIS, ou seja, os moradores deveriam continuar respeitando a legislação urbanística e edilícia em vigor para a localidade, cujo uso pela população de baixa renda estaria assegurado.

As casas foram construídas antes das Olimpíadas 2016, como previsto, e as estruturas e edificações públicas e comunitárias foram erguidas em 2022 e 2023, seis anos após a celebração do acordo. Cabe ressaltar que a Vila Autódromo pode ser considerada a primeira comunidade periférica do mundo que sobreviveu e resistiu à tentativa de remoção completa na história das Olimpíadas e conseguiu permanecer existindo. Além disso, a luta da comunidade culminou na realização do acordo extrajudicial aqui descrito, que celebrou a permanência da comunidade a despeito da pretensão da prefeitura de sua completa extinção. Apesar de não ter sido integralmente cumprido^{vii} pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro, este foi o primeiro acordo extrajudicial celebrado entre o poder público e o movimento social de luta pela moradia, decorrente de resistência à tentativa de remoção integral da comunidade. A comunidade autointitulada “Museu das Remoções da Vila Autódromo” permaneceu e permanece lutando pelo direito à moradia digna e à cidade, apoiando diversas comunidades que passam por situações semelhantes no Brasil e no mundo, e acreditando que a luta é o caminho para a conquista do direito à cidade.

3. Considerações finais

A remoção da comunidade Vila Autódromo é apenas mais um caso de expulsão e gentrificação de população de baixa renda em área urbana afetada pela valorização imobiliária, em razão do modelo neoliberal de administração da cidade. Nesse caso, o fenômeno relaciona-se diretamente com a realização das Olimpíadas Rio 2016 e com a construção do Parque Olímpico, que aceleraram o processo de expulsão. Entretanto, a Vila Autódromo destaca-se pela sua incansável resistência à remoção e pela criação do Museu das Remoções, que denuncia a violência institucional na condução de uma política urbana excludente, celebrada na instrumentalização de remoções forçadas.

Atualmente, a comunidade Vila Autódromo encontra-se reduzida tanto em quantidade de pessoas quanto em relação ao seu espaço no território. Mesmo assim, o acordo estabelecido pode ser considerado uma conquista diante de um histórico nacional de lutas por moradia em espaços urbanos cobiçados pelo interesse

privado, que tende a expulsar comunidades para regiões periféricas das grandes capitais. O acordo celebrado permitiu preservar uma parte da comunidade e responsabilizar a prefeitura pela reconstrução do que foi destruído durante a violenta remoção da Vila Autódromo. Esse processo mostra como estratégias de luta e resistência, diante do Estado neoliberal, podem ser empregadas na defesa do direito à cidade, ainda que nem sempre seja possível reparar as consequências das violações morais, físicas e psicológicas sofridas durante processos de remoção.

O relato aqui exposto trouxe para o foco de discussão o referido acordo extrajudicial como um exemplo, que pode inspirar outras administrações públicas e movimentos sociais envolvidos em conflitos territoriais. A trajetória de lutas sociais da comunidade Vila Autódromo revela a possibilidade de enfrentamento à política de remoção de favelas por meio de estratégias de ação dos movimentos sociais que vão desde o uso da linguagem artística até a celebração de um termo de acordo extrajudicial com apoio da Defensoria Pública. O acordo exposto foi uma conquista pioneira da comunidade Vila Autódromo no Brasil. Esse mesmo tipo de instrumento pode ser aplicado a outros contextos, envolvendo movimentos sociais de luta pelo direito à moradia digna e à cidade.

4. Contribuições dos autores:

Diana Bogado: conceituação; metodologia; análise formal; investigação; escrita original, preparação do borrador; redação – revisão e edição; recursos; curadoria de dados; administração do projeto; aquisição de fundos.

Cristiano Guedes: conceituação; metodologia; análise formal; investigação; escrita original, preparação do borrador; redação – revisão e edição; recursos; curadoria de dados; administração do projeto; aquisição de fundos.

5. Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2005). *Homo Sacer. Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: University press.
- Arantes, O., Vainer, C. & Maricato, E. (2000). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes.
- Azevedo, L. & Faulhaber, L. (2015). *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula.

- Bogado, D. (2017). *O Museu das Remoções da Vila Autódromo: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos*. (Tese de Doutorado em Arquitetura). Universidade de Sevilha, Sevilha.
- Bogado, D., Guedes, C. & Nazar, J. (2023). Direito à moradia: as ações do Museu das Remoções durante a pandemia. *Revista Katálysis*, 26(1), 100–109. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e89915>
- Consentino, R. (2015). *Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: A cidade do Capital*. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Costa, E. (2021). Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis. *Revista Geográfica Venezolana*, 62(1), 1–28. <https://doi.org/10.53766/RGV/2021.62.01.05>
- Foucault, M. (1972). *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes.
- Harvey, D. (1996). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas sociais*, (29), 73–89. <https://doi.org/10.23925/lv0i29.18497>
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Magalhães, A. (2013). *Transformações no “problema favela” e reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Naback, C. (2015). *Remoções biopolíticas: o habitar e a resistência da Vila Autódromo*. (Dissertação de Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
- Nora, P. (1992). *Les lieux de mémoire III: les France 1 conflits et partages*. Paris: Gallimard.
- Pinheiro, L. (2016). *Ocupa Borel e militarização da vida: violações de direitos humanos em uma favela militarmente ocupada*. (Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Quintans, M., Silva, R. Castro Sobrinho, T. (2022). Despejos e luta pelo direito à moradia na pandemia: resistências femininas na experiência da Ocupação Novo Horizonte. *Revista Direito e Práxis*, 13(3), 1897–1916. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68937>
- Ruas, R. (2020). A crise da Covid-19 e o desvelamento das dinâmicas de produção da vida no capitalismo: um comentário à Tithi Bhattacharya. In G. Gonçalves. *Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada* (pp. 180-190). Rio de Janeiro: Revista Direito e Práxis.
- Santos, M. (2013). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Sobbarzo, O. (2006). A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *Revista Geosp Espaço e Tempo*, (19), 93–111. 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2006.73992
- Tozzi, G. (2020). *Relações de gênero e luta por moradia segundo a experiência de mulheres do MST-Leste 1*. (Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Zukin, S. (1993). *Lanscapes of power: from Detroit to Disneyland*. Berkeley: University of California Press.

6. Agradecimentos

Agradecemos à Universidade de Brasília e ao Museu das Remoções da Vila Autódromo, que apoiaram a realização das pesquisas, as consultas de documentos e as revisões bibliográficas necessárias à elaboração deste artigo, em especial Luiz Cláudio da Silva, morador da Vila Autódromo, cofundador do Museu das Remoções e fotógrafo que nos concedeu as imagens aéreas da comunidade utilizadas neste artigo; e Maria da Penha Macena, Nathalia Macena e Sandra Teixeira, moradoras da Vila Autódromo, cofundadoras do Museu das Remoções, cujas trajetórias e reflexões compartilhadas foram referenciais para elaboração da narrativa aqui exposta.

7. Notas

ⁱ A Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal do Rio de Janeiro elaboraram o Plano Popular, plano urbanístico que comprovava a possibilidade técnica de permanência da comunidade com o Parque Olímpico.

ⁱⁱ De acordo com Foucault (1972), a biopolítica é um poder que incorpora os aspectos da vida nas esferas do saber e do poder, no campo das técnicas políticas.

ⁱⁱⁱ Relato à autora durante pesquisa-ação para a tese de doutorado defendida na Universidade de Sevilha, em 2017.

^{iv} Essa descrição foi publicada, em primeira versão, na tese de doutorado da autora, defendida na Universidade de Sevilha (Bogado, 2017).

^v O acordo extrajudicial é um instrumento particular celebrado entre os membros da comunidade e a prefeitura municipal do Rio de Janeiro. Uma cópia dele foi cedida pelos moradores aos autores para a finalidade exclusiva deste artigo, com a condição de não o reproduzir na íntegra.

^{vi} As PPPs materializam a lógica empresarial, pois viabilizam a privatização dos serviços públicos e a flexibilização das leis urbanísticas, como ocorreu com a construção do Parque Olímpico e do Porto Maravilha (Consentino, 2015).

^{vii} Diana Bogado, coautora deste artigo, é cofundadora e cogestora do Museu das Remoções e possui estreita relação com a comunidade. Até o presente momento (agosto de 2024), a documentação das casas não foi entregue pela prefeitura aos moradores, tal como prevê o acordo extrajudicial.